

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Limeira

FORO DE LIMEIRA

1ª VARA CÍVEL

VIA ANTONIO CRUANES FILHO, Nº 300, LIMEIRA - SP - CEP 13480-

672

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**SENTENÇA**Processo Digital nº: **1009765-17.2025.8.26.0320**Classe - Assunto **Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**

Requerente: _____

Requerido: **Banco** _____

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Guilherme Salvatto Whitaker

Vistos.

----- move(m) a presente

ação contra -----A autora alega ter realizado, por equívoco, transferência via PIX no valor de R\$ 30.812,00 para a primeira ré. Sustenta que a conta destinatária estaria encerrada, o que deveria ensejar o estorno automático, mas a instituição financeira reteve o valor. Pleiteia a restituição da quantia e indenização por danos morais.

O Banco Original contestou (fls. 56-71) arguindo preliminar de ilegitimidade passiva e atribuindo a culpa exclusivamente à autora pelo erro na digitação. No mérito, alegou inexistência de falha e de nexo causal.

A ré ofereceu defesa nas fls. 87/ss.

Réplica.

É o relatório.

Apesar do ato de fls. 100, entendo que o feito permite o julgamento antecipado do pedido, na forma do artigo 355, inciso I, do CPC.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Limeira

FORO DE LIMEIRA

1ª VARA CÍVEL

VIA ANTONIO CRUANES FILHO, Nº 300, LIMEIRA - SP - CEP 13480-

672

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Com efeito, o titular da conta beneficiada já foi incluído no polo passivo e os documentos de fls. 84/5 e 17 já mostram o destino do valor transferido de modo errado.

Deixo de designar a audiência prevista no artigo 334 do CPC, porque não houve manifestação de interesse expresso e comum das partes, apesar do determinado na decisão inicial. Assim, na falta de interesse expresso, o ato não teria utilidade.

A dispensa não significa nulidade: "Falta de designação de audiência de tentativa de conciliação que não gera nulidade, pois as partes podem conciliar a qualquer momento" (TJSP Apelação n. 1017522-48.2016.8.26.0071, rel. DIMAS RUBENS FONSECA, 8/5/2017).

Rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva. O Banco Original e a outra ré foram beneficiados pelo numerário, possuindo ambos pertinência subjetiva direta com a lide.

A ré Ildemar reconheceu que "manteve" conta junto ao Banco Original, mas deixou de movimentar faz muito tempo. Disse que o banco bloqueou a importância no intuito de cobrir o saldo devedor existente. Vale frisar que *a conta não estava inativa ou encerrada, tanto que havia saldo devedor da primeira ré.*

Embora a transferência tenha partido de erro da autora, o Banco -----, ao tomar ciência do crédito em conta devedora, utilizou-o para amortizar débitos da empresa -----, em benefício próprio – vide fls. 85. Portanto, ambos os réus foram beneficiados: -----, com a amortização de parte do saldo devedor e o banco com o crédito recebido.

Tais condutas configuram enriquecimento sem causa e violam a boa-fé objetiva. O banco não apenas omitiu-se no dever de restituição, mas apropriou-se de valores de terceiro para quitar dívida de seu cliente. A corré -----, por sua vez, beneficiou-se diretamente da quitação de seus débitos com verba alheia, devendo ambos responder solidariamente pela restituição. Os réus não negam que ambos não possuem direito sobre o valor.

Quanto aos danos materiais, a procedência é de rigor, devendo ser devolvido o valor integral de R\$ 30.812,00, corrigido desde o desembolso.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Limeira

FORO DE LIMEIRA

1ª VARA CÍVEL

VIA ANTONIO CRUANES FILHO, Nº 300, LIMEIRA - SP - CEP 13480-

672

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Em relação aos danos morais, o pedido é improcedente. Tratando-se a autora de pessoa jurídica, a indenização exige prova de ofensa à honra objetiva, imagem e/ou nome (Súmula 227 do STJ). A frustração financeira e os transtornos narrados caracterizam prejuízo patrimonial, não havendo demonstração de mácula à imagem ou reputação da autora perante o mercado.

Diante do exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos para condenar solidariamente os réus à restituição de R\$ 30.812,00, com correção monetária desde 19/07/2025 e juros legais de mora desde a citação, observados os preceitos do período de vigência da Lei 14.905/24. Pela sucumbência recíproca, cada parte pagará metade das custas (os réus proporcionalmente). A autora pagará honorários de 10% sobre o valor pretendido de danos morais; os réus pagarão honorários proporcionalmente de 10% sobre a condenação, observada *eventual* gratuidade *já deferida*.

Diante do elevado número de embargos de declaração nos dias de hoje, muitos com o único intuito de rediscussão da matéria decidida na sentença, gerando prejuízo à atividade jurisdicional, fica consignado que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais, com o fim exclusivo de reexame das provas e das matérias de direito, poderá sujeitar a parte à multa prevista pelo artigo 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil:

(...) 2. Caracterizam-se como protelatórios os embargos de declaração opostos sem a indicação de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, com nítido propósito de rediscutir o mérito da controvérsia. Precedentes. 2.1. Na hipótese, o Tribunal estadual, soberano no exame do acervo fático-probatório dos autos, entendeu pelo evidente intuito protelatório dos embargos de declaração, razão pela qual a pretensão de afastamento da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC/15 encontra óbice na Súmula 7/STJ. 3. Agravo interno desprovido. (STJ - AgInt no AREsp n. 2.115.223/MG, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 17/4/2023, DJe de 20/4/2023).

P.R.I.

Limeira, 03 de fevereiro de 2026.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA